



Texto para Discussão 012 | 2026

Discussion Paper 012 | 2026

O mercado de trabalho em Adam Smith: entre a mercadoria e o ser humano

Alexandre Laino Freitas

Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro

This paper can be downloaded without charge from
<https://www.ie.ufrj.br/publicacoes-j/textos-para-discussao.html>

O mercado de trabalho em Adam Smith: entre a mercadoria e o ser humano

Abril, 2026

Alexandre Laino Freitas

Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro

Resumo

Este artigo reconstrói a estrutura analítica para o mercado de trabalho contida em *A Riqueza das Nações* de Adam Smith. O autor, em um primeiro momento, apresenta o ajustamento das quantidades ofertadas à “demanda efetiva” das mercadorias em geral. Em um segundo momento, ao analisar o mercado de trabalho, a mesma estrutura analítica é tentativamente replicada, estabelecendo uma equivalência entre a mercadoria trabalho e as demais mercadorias. Ao mesmo tempo, entretanto, a análise de Smith reconhece o trabalho como uma mercadoria que se diferencia das demais. O objetivo deste artigo é explorar essa tensão em *A Riqueza das Nações*, que deriva da dupla natureza do trabalho humano no capitalismo: complemento necessário para reprodução ampliada do capital e, ao mesmo tempo, indissociável do próprio ser humano. Pelo lado da demanda por trabalhadores, e em sintonia com a reconstrução da estrutura lógica das teorias clássicas do valor e da distribuição proposta por Piero Sraffa, o artigo argumenta estar ausente a substituição entre capital e trabalho no processo produtivo como resposta a variações nos preços relativos, sendo a demanda por trabalho uma função da acumulação de capital. Pelo lado da oferta de trabalhadores, vender trabalho não é uma escolha, mas uma necessidade para a maior parte dos seres humanos vivendo numa economia de mercado, havendo uma conexão direta da oferta de trabalho com o tamanho da população. O resultado é um desdobramento da tensão analítica original da mercadoria trabalho para o mercado de trabalho que é, ao mesmo tempo, equiparado e diferenciado dos demais mercados.

Palavras chave: mercado de trabalho, Adam Smith, teoria clássica, distribuição, salários

Abstract

This article reconstructs the analytical framework for the labor market contained in *The Wealth of Nations* by Adam Smith. First, the author presents the adjustment of quantities supplied to the “effectual demand” for commodities in general. In a second step, when analyzing the labor market, the same analytical framework is tentatively replicated, establishing an equivalence between labor as a commodity and other commodities. At the same time, however, Smith’s analysis recognizes labor as a commodity that differs from all others. The aim of this article is to explore this tension in *The Wealth of Nations*, which derives from the dual nature of human labor under capitalism: a necessary complement for the expanded reproduction of capital and, at the same time, inseparable from the human being itself. On the demand side for labor, and in line with the reconstruction of the logical structure of classical theories of value and distribution proposed by Piero Sraffa, the article argues the absence of substitution between capital and labor in the production process, as a response to changes in relative prices. The demand for labor is, otherwise, a function of capital accumulation. On the supply side, selling labor is not a matter of choice but a necessity for most human beings living in a market economy, with the supply of labor being directly connected to population size. The result is a development of the original analytical tension inherent in labor as a commodity, extending it to the labor market, which is at once both equated with and differentiated from other markets.

Keywords: labor market; Adam Smith; classical theory; distribution; wages

1 Introdução

O tratamento da “mercadoria trabalho¹” implica na existência de um mercado de trabalho, no qual é formado o preço que vai ser influenciado, e influenciará, as quantidades ofertadas e demandadas. Ao identificar o processo de ajustamento da oferta à demanda de “homens” como aquela de “qualquer outra mercadoria (RN, I.viii.40)², Smith reproduz *a mesma* estrutura conceitual utilizada para explicar os demais mercados. Tal estrutura conceitual será exposta na “Seção 2”.

Ao mesmo tempo, e em sentido contrário, a mercadoria trabalho e seu mercado diferem dos demais em uma série de características que os tornam específicos³. Destacamos essa tensão na narrativa: o processo de ajustamento da mercadoria trabalho é análogo ao de qualquer outra mercadoria, e, ao mesmo tempo se diferencia das demais por confundir-se com o ser humano e ser complementar ao capital. Tal argumentação será desenvolvida na “Seção 3”. Cabe ressaltar que não há uma inconsistência lógica nos *mecanismos* de funcionamento deste mercado que derivam da tensão acima, mas sim uma tensão real da mercantilização do trabalho humano, com desdobramentos morais. O que acontece com os portadores de trabalho quando não há demanda por esses trabalhos em uma “sociedade comercial”, ou quando o preço (salário) fica muito baixo? Veremos na “Seção 4” que Smith dissolve esse problema ao prever o crescimento contínuo da riqueza, sendo a mercantilização do trabalho, ao fim, um suporte para sua utopia da “mão invisível”.

As instituições e especificidades que compõe o mercado de trabalho, e que o diferenciam dos demais mercados, são parte essencial da construção teórica. Tais especificidades e instituições, portanto, não se contrapõem ao mercado, mas o caracterizam. Tal integração

¹ Embora concordemos com Marx que a mercadoria que está sendo vendida é a “força de trabalho” (Marx, 2013), manteremos a nomenclatura original de Smith referindo-nos à compra e venda de “trabalho”.

² “It is in this manner that the demand for men, like that for any other commodity, necessarily regulates the production of men...” (RN, I.viii.40).

³ Em linha com a tradição Iluminista (Cerqueira, 2006), em Smith há espaço para que a observação afete a teoria. Ou seja, ao mesmo tempo que a teoria seleciona e condiciona as observações (Kuhn, chalmers), para fazer existir a “mão-invisível”, conferindo-a visibilidade, há momentos em que a teoria mais geral dá espaço a uma descrição dos acontecimentos que não se reduz a uma mera projeção da teoria na história/realidade.

instituições-mercado torna-se possível dada as hipóteses da teoria de Smith, tornada clara após o resgate da estrutura lógica das teorias clássicas do valor e distribuição empreendida por Piero Sraffa. (Garegnani & Petri, 1982 e Sraffa, 1960). Na “Seção “5” realizaremos as conclusões finais.

Por fim, as referências a “A Riqueza das Nações” (Smith, 1976) seguem um padrão diferenciado, com o intuito de facilitar a consulta ao texto original em impressões e traduções distintas. Utiliza-se a referência à obra (RN), seguida do livro em algarismos romanos (I, II, III...), do capítulo em algarismos romanos minúsculos (i, ii, iii...), da seção representada pela ordenação do alfabeto latino (a, b, c,...) e do número do parágrafo em algarismos arábicos (1, 2, 3,...).

Quando uma dessas informações não for aplicável — como ocorre na maioria dos capítulos, que não possuem seções — ela é omitida. Por exemplo, o terceiro parágrafo da seção “b” do capítulo onze do livro primeiro é grafado como “RN, I.xi.b.3”; já o quadragésimo terceiro parágrafo do oitavo capítulo do livro primeiro (epígrafe deste texto) “RN, I.viii.43”. As citações foram livremente traduzidas ao português, mantendo o original em inglês como nota de rodapé.

2 A dinâmica concorrencial e o ajustamento de mercado

Smith distingue dois preços conceituais no Capítulo VII do Livro I de A Riqueza das Nações, intitulado: “Dos preços naturais e de mercado das mercadorias” (doravante, todas as referências a capítulos serão referentes a esta obra de Adam Smith). Os “preços naturais” se relacionam aos custos normais de produção de uma determinada mercadoria enquanto os “preços de mercado” resultam da interação entre as quantidades ofertadas e demandadas.

O preço natural é aquele que paga exatamente as taxas médias de remuneração dos trabalhadores e das classes proprietárias em um determinado local num determinado

período, ou que paga suas “taxas naturais” (RN, I.vii.3). São contingentes a um plano do espaço/tempo. O termo “natural” equivale a “usual” ou “médio” e deriva do fato que tais preços vigerão “onde há a liberdade perfeita, ou onde ele [o aplicador do capital] possa mudar seu comércio sempre que desejar” (RN, I.vii.6) [colchetes adicionados]. O preço natural é, portanto, um preço de que reflete o custo social de produção, é um preço de oferta. Como tal, depende da distribuição funcional da renda e da tecnologia difundida de produção.

Não há relação direta entre variações da demanda por uma mercadoria e o seu preço natural. Apenas variações muito grandes na demanda que afetem as oportunidades de divisão do trabalho, e conseqüentemente, a tecnologia de produção, poderiam ser consideradas um canal indireto de efeito da demanda no preço natural. Smith não desenvolve essa ideia quando discute os preços no Capítulo VII do Livro I, embora o faça em várias outras passagens, como por exemplo no Capítulo III do livro I quando relaciona o tamanho do mercado à possibilidade de divisão do trabalho (RN, I.iii), ou no Livro II quando relaciona acumulação e divisão do trabalho (RN, II).

O preço de mercado, por sua vez, varia com as quantidades ofertadas e demandadas da mercadoria. Há aqui um ajustamento de curtíssimo prazo da quantidade demandada à quantidade ofertada, mediado pelo preço de mercado. Analisaremos o efeito dos preços nas quantidades demandadas e ofertadas no horizonte temporal do “período de mercado”

Em primeiro lugar, o preço está inversamente relacionado à demanda de mercado⁴, esta relação inversa entre preços e quantidades demandadas deu origem a interpretações equivocadas que imputaram, por analogia, uma curva de demanda à Smith, começando pelo próprio Marshall (Garegnani 1983, p.312-313).

A relação inversa entre preço e mercado e quantidade demandada é instável, pois não há uma fixação das demais variáveis por Smith, tais como “a riqueza e o luxo desenfreado

⁴ Se fizermos um esforço de tradução para a teoria do consumidor moderna, vemos que Smith valoriza mais elementos análogos ao que hoje chamamos de “efeito renda” em relação ao que chamaríamos de “efeito substituição” baseado em preferências (ver RN, I.vii.9).

dos concorrentes⁵” (RN, I.vii.9). A instabilidade da referida relação é enfatizada por Garegnani (1983 p. 309) que diferencia a relação inversa presente em Smith da curva de demanda neoclássica, dado que esta estabelece, justamente, uma relação inversa e *estável* entre preços e quantidades.

O conceito central na teoria de Smith é a “demanda efetiva” (*effectual demand*) que é a quantidade demandada ao preço natural⁶, um escalar (RN, I.vii.8). Quando a quantidade levada ao mercado, fruto de uma decisão anterior do quanto produzir, é menor do que a quantidade demandada ao preço natural, há uma competição entre os compradores fará o preço aumentar em função do “tamanho da deficiência, da riqueza e do luxo desenfreado dos concorrentes”, o que determinará a intensidade da variação (RN, I.vii.9).

Ou seja, Smith *nunca* supõe o *coeteribus paribus* necessário para estabilizar a relação inversa quantidade preços da mercadoria. Em cada momento do tempo, haveria algum nível de preço que eliminaria o excesso de demanda, mas “no outro dia”, essa relação não mais teria a mesma intensidade. Se focarmos em uma temporalidade mais longa, compatível com a curva de demanda moderna, e representarmos a relação entre preços e quantidades demandadas em um plano cartesiano, encontraríamos em Smith áreas e não curvas:

“[E]encontraríamos duas áreas, Noroeste (NO) e Sudeste (SE) do ponto preço-quantidade normal P [a representação da demanda efetiva no plano preços/quantidades], onde NO indica onde o preço será provavelmente encontrado quando a quantidade ofertada tenha acidentalmente ficado abaixo de qn e SE indica onde provavelmente estaria no caso oposto”⁷ (Garegnani, 1983, p.309) [colchetes adicionados].

⁵ “[T]he wealth and wanton luxury of the competitors” (RN, I.vii.9).

⁶ Difere da demanda absoluta, que inclui aqueles que embora desejem determinada mercadoria, não possuem renda ou riqueza para obtê-la.

⁷ “...we would find two areas, North-West (NW) and South-East (SE) of the normal price-quantity point P, where NW indicates where the price is likely to be found when the quantity supplied has fallen accidentally short of qn, and SE indicates where it is likely to be in the opposite case” (Garegnani, 1983, p.309).

Já para a quantidade ofertada, também pode ser encontrada, para algumas mercadorias, uma relação positiva entre preços de mercado e quantidade ofertada. Mas, por definição, a quantidade ofertada só pode ser aumentada na temporalidade do mercado pela venda de estoques previamente acumulados (RN, I.vii.19), ficando, de qualquer forma, condicionada pela produção pregressa. Tal possibilidade de variação de estoques se coloca para bens não perecíveis: a oferta poderá ser reduzida ao se estocar produtos cujo preço está abaixo do preço natural (RN, I.vii.10) e aumentada quando o preço está acima.

Mas essa relação positiva é igualmente contingente, baseando-se na variação de estoques e não da produção de novas mercadorias. Trata-se de uma base completamente diferente da relação positiva entre quantidades ofertadas e preços que fundamentam a curva de oferta de curto prazo usual, que reflete diretamente o custo de produção aumentado dada a produtividade marginal decrescente do capital variável.(conceito que sequer existia na época do autor).

O preço de mercado é formado em um prazo muito curto, no qual a quantidade produzida não varia. Podemos chamar este de “período de mercado” que contrasta com o “período de produção”, onde ocorre o ajustamento da quantidade ofertada à demanda efetiva. Não há uma diferenciação entre “curto prazo” e “longo prazo”, mas uma diferenciação entre o que estamos nominando “período de mercado” e “período de produção”⁸.

O preço de mercado, que na superfície pode parecer com um ajustamento do tipo “tesoura marshaliana” (Marshall, 1997, p. 164) dada a relação negativa da quantidade demandada e positiva das quantidades ofertadas com os preços. Entretanto tais relações não são estáveis, e no caso da oferta, está baseada em mecanismos completamente distintos (variação de estoques).

Em suma, num primeiro momento, a diferença entre a quantidade levada ao mercado e a demanda efetiva é compatibilizada instantaneamente por um ajuste no preço, que afeta as quantidades ofertadas (via estoques) e demandada (via, principalmente, inclusão e

⁸ A distinção curto prazo (capital fixo constante) e longo prazo (todo o capital é variável) não era utilizada em Smith.

exclusão de compradores). Se no mercado da mercadoria “m” a “quantidade levada ao mercado” for menor que a “demanda ao preço natural”, o preço de mercado sobe e a oferta e demanda ajustam-se dentro dos limites já ilustrados. Porém esse ajustamento não se baseia em curvas de oferta e demanda estáveis, e conduz a um equilíbrio de mercado instável.

A ênfase da narrativa de Smith está no *segundo momento* do ajustamento, quando a quantidade ofertada se adequa à quantidade demandada ao preço natural (a demanda efetiva). Neste segundo momento o mecanismo de mercado “dirige” a produção da sociedade para aquilo que está sendo demandado. Com a convergência da “quantidade levada ao mercado” à “demanda efetiva”, o preço de mercado converge ao preço natural (RN, I.vii.8-16).

Neste segundo momento, se o preço de mercado estiver acima do preço natural, significa que o mercado está remunerando o trabalho, as terras ou o capital acima de suas taxas médias. Vamos supor, neste exemplo, que os salários e as rendas da terra já tenham sido contratualmente estabelecidos por um determinado período. O aumento do preço de mercado fará aumentar a taxa de lucro naquele mercado. Os capitalistas terão um incentivo para aumentar a produção, aumentando assim a oferta da mercadoria “m”, eliminando o excesso de demanda e fazendo o preço de mercado retornar ao preço natural. O mecanismo é análogo, porém com sinal inverso, para um excesso de oferta.

A concorrência entre compradores e vendedores é o elemento ativo que ajusta a oferta e demanda no curtíssimo prazo, que chamamos de período de mercado (RN, I.vii.9, 10). A concorrência intra-classe, aquela que se dá entre proprietários de terra, entre os trabalhadores e, entre os capitalistas (RN, I.vii.18) é que explica o movimento de convergência da “quantidade levada ao mercado” à “demanda efetiva”. Com isso faz convergir o preço de mercado ao preço natural (RN, I.vii.13-16). Tal convergência se dá no que denominamos “período de produção”.

Diferentemente do preço de mercado, que é contingente, sujeito a inúmeras influências temporárias, o preço natural só é afetado pelo custo social de produção, que por sua vez depende da tecnologia de produção socialmente difundida e da distribuição funcional da

renda. Ou seja, baseia-se em relações estáveis, sendo o ponto teoricamente relevante, já que o preço de mercado ficará constantemente gravitando em torno do preço natural.

3 A mercadoria trabalho

Se por um lado o trabalho (ou mais precisamente a força de trabalho) é comprada e vendida no mercado, tal como qualquer mercadoria, ela difere de todas as demais em dois aspectos principais: ao se confundir com o ser humano e ao ser demandada como um complemento do capital.

Tais constatações geram uma dissonância na narrativa: a afirmação de que a demanda por trabalho regula sua produção como a de “qualquer mercadoria” dá ênfase ao fato de que o trabalho é mercadoria e, nesta condição, está inserido nos mesmos processos de ajustamento de mercado que as demais mercadorias, na qual entram as relações entre preço e quantidades produzidas já descritas, tanto na “temporalidade do mercado” quanto na “temporalidade da produção”. Ao mesmo tempo, por confundir-se com o ser humano e por ser demandado para a produção de mais riqueza, seu ajustamento difere das demais mercadorias.

3.1 O trabalho e o humano (a oferta de trabalho)

A oferta de trabalho aparece em Smith como necessidade da maior parte da população, que por ser pobre, não possuindo um estoque de riqueza para alugar ou transformar em capital e garantir uma renda, é obrigada a vender seu trabalho no mercado. Smith por muitas vezes se fere à classe trabalhadora como os “pobres que trabalham”, ou “*labouring poor*” no original (RN, I.viii.26, I.viii.27,30,31,33,34,35,43, I.xi.e.29, II.i.1 e IV.v.a.8). As necessidades fisiológicas e sociais dos “pobres que trabalham” repõe-se diariamente. Logo, seja o salário liberal (acima da subsistência) ou famélico (abaixo da subsistência), ofertar trabalho torna-se necessidade permanente.

Ofertar trabalho na forma de mercadoria é uma necessidade na “sociedade comercial” e por isso, para Smith (assim como em Ricardo e Marx), a quantidade ofertada de trabalho está diretamente ligada ao tamanho da população⁹.

Há, portanto, uma diferença fundamental entre o mercado de trabalho e o mercado das demais mercadorias no que tange à quantidade ofertada no “período de mercado”. Não é possível estocar trabalho, fazendo com que a quantidade levada ao mercado diminua quando a taxa de salário diminui (e conseqüentemente é também impossível desestocar-lo). Conseqüentemente, o mecanismo de ajuste de estoques não opera na equalização das quantidades ofertadas e demandadas no “período de mercado” para o trabalho (diferentemente do caso geral descrito na seção 2 acima).

Conseqüentemente, a oferta de trabalho torna-se mais inelástica no “período de mercado” em relação às demais mercadorias. Há aqui também uma segunda diferença, pois o que estamos denominando “período de mercado” é bastante longo, pois a oferta de trabalho, como vimos, depende principalmente da dinâmica populacional. No “período de mercado”, não há uma discussão sistemática de como o salário afeta a quantidade ofertada. O ajustamento central, e no qual se estabelece uma analogia mais direta com as demais mercadorias, é o ajustamento num prazo mais longo, onde há a “produção” de trabalhadores

Não há um limite máximo para o salário, ou seja, não há um salário a partir do qual o trabalhador deixa de ofertar trabalho. A narrativa se ocupa em definir um nível mínimo:

“[H]á entretanto um certo nível abaixo do qual parece ser impossível reduzir, por qualquer período considerável, os salários comuns mesmo da espécie mais baixa de trabalho”¹⁰ (RN, I.viii.14).

⁹ $L=f(P)=a*P$, sendo “L” a oferta de trabalho, “a” a proporção da população que precisa trabalhar para sobreviver, e “P” o contingente populacional.

¹⁰ [T]here is [however] a certain rate below which it seems impossible to reduce, for any considerable time, the ordinary wages even of the lowest species of labour (RN, I.viii.14).

Este nível mínimo está associado ao fato de o trabalhador derivar sua própria manutenção e da sua família de seu salário¹¹. Conseqüentemente, um salário abaixo desse nível “não duraria mais que uma geração” (RN, I.viii.15)¹².

“O homem tem que sempre viver do seu trabalho, e seu salário deve ser ao menos suficiente para mantê-lo..., ... e na maioria das ocasiões um pouco a mais, de outra maneira seira impossível para ele sustentar uma família...” (RN, I.viii.15).

Trata-se de um padrão mínimo de consumo que permite ao ser humano reproduzir-se como classe, e, ao mesmo tempo, inserir-se no tecido social, com sentimentos de “honra” e “respeito”.

Podemos considerar o custo de produção desta cesta de produtos que garantem a subsistência da classe trabalhadora como o custo de produção da mercadoria trabalho. Mas, diferentemente do custo de produção de uma mercadoria, que pode ser determinado por relações técnicas; na determinação do nível mínimo de salário entram, além de um mínimo de alimentos e abrigo para proteger o corpo, palavras estranhas às necessidades fisiológicas, sentimentos como “honra”, “respeito” e “decência”, em um contexto de conceitos abstratos (que discutiremos adiante) como “humanidade”, “justiça” e “equidade”.

“Sob o termo necessidades, portanto, eu compreendo não apenas aquelas coisas que a natureza, mas também aquelas que as regras estabelecidas de decência tornaram necessárias mesmo para a classe mais baixa da sociedade” (RN, V.ii.k.3)¹³

¹¹ Não há uma elaboração em termos da composição da cesta de consumo dos trabalhadores que seria compatível com esse nível mínimo no capítulo que trata dos salários. Tal cesta, coerente com um “conceito compartilhado de humanidade” que permite a manutenção o trabalhador e de sua família precisa ser reconstruída ao unir referências espalhadas ao longo de A Riqueza das Nações (FREITAS, 2011).

¹² Mais adiante, Smith refere-se a este nível mínimo como sendo compatível com o conceito de humanidade comum (common humanity) (RN, I.vi.16,24,28).

¹³ “Under necessaries therefore, I comprehend, not only those things which nature, but those things which the established rules of decency have rendered necessary to the lowest rank of people” (RN, V.ii.k.3).

Smith, ao diferenciar um componente “fisiológico-natural” do “social”¹⁴ coloca em destaque que na determinação do valor de troca da reprodução da força de trabalho entram “valores e necessidades humanos”. Com isso tal determinação extrapola os limites de uma análise que toma como dados as técnicas de produção e a distribuição (como nas demais mercadorias), pois demanda mais informações: quais valores e necessidades estabelecem o padrão mínimo de consumo para definir o salário de subsistência?

Dadas essas ressalvas, esse nível mínimo para o salário real, que estamos nos referindo neste texto como “salário de subsistência” (Smith não o faz¹⁵) pode ser considerado o equivalente ao preço natural em sua função de ajustamento da oferta à demanda no mercado de trabalho.

O salário de subsistência é referência para o “segundo momento” de ajustamento, o mais importante para Smith. É quando a quantidade ofertada responde ao estímulo de preços. Para o mercado de trabalho, há uma analogia com os demais mercados. O salário de mercado estando acima (ou abaixo) do nível de subsistência, há um crescimento (ou decréscimo) populacional. A variável de ajuste é a taxa de mortalidade infantil, e não a natalidade. Quando o trabalhador é mais liberalmente remunerado, há uma queda da taxa de mortalidade como consequência de possuir mais recursos para o cuidado da família, o contrário ocorrendo quando o salário real cai (RN, I.viii.38-41).

“[Mas] A pobreza, embora não previna o nascimento, é extremamente desfavorável à manutenção das crianças. A planta frágil¹⁶ é produzida, mas em um solo tão frio e um clima tão severo, logo murcha e morre. Não é incomum, ouvi dizer frequentemente, nas Terras Altas da

¹⁴ Cabe notar que a técnica produtiva e, conseqüentemente o custo de produção social, que dá origem ao “preço natural” de Smith é tão social quanto o nível mínimo de salário.

¹⁵ Utilizaremos o termo “salário de subsistência” pelo seu uso consagrado na literatura. Smith, entretanto, utilizou o termo “subsistência do trabalhador” para se referir ao salário real de mercado: “The subsistence of the labourer, or the real price of labour, as I shall endeavour to show hereafter, is very different upon different occasions; more liberal in a society advancing to opulence than in one that is standing still; and in one that is standing still than in one that is going backwards” (RN, I.v.15) .

¹⁶ “Tender” neste contexto foi identificado como frágil e vulnerável, e “tender plant” é o tipo de planta que não suporta um clima muito frio. <https://www.collinsdictionary.com/dictionary/english/tender>

Escócia, que uma mãe que deu à luz vinte filhos não tenha dois vivos (RN, I.viii.38)¹⁷.

Associada à discussão do ajustamento populacional, há uma interessante passagem na qual Smith estrutura o mercado de trabalho a partir de uma hierarquização de trabalhadores nascidos em classes superiores e inferiores. O autor explica que os nascidos nas classes superiores, ao não encontrar empregos, aceitam trabalhos feitos pelas “classes mais baixas” de trabalhadores. Conseqüentemente, a maior parte do desemprego recai sobre esta classe mais baixa, que em tempos difíceis têm que lidar não só com o excesso de trabalhadores de sua classe, mas também com o excesso de todas as outras (RN, I.viii.26). Há, portanto, uma compartimentação e hierarquização do mercado de trabalho que torna o desemprego um problema de sobrevivência quase que exclusivamente das classes mais baixas de trabalhadores. Esse argumento reforça o canal de transmissão entre salário de mercado abaixo do nível de subsistência e aumento da mortalidade infantil.

Mas como a oferta de trabalho é função direta do tamanho da população, esse ajustamento pela “produção de trabalhadores” é extremamente lento. Podemos estimar que leva ao menos uma década no caso do trabalho infantil, ou até mais tempo no caso de trabalhos que exijam maior força física ou treinamento.

Mesmo frente a este lento ajustamento, a oferta de trabalho não aparece como um limite para a acumulação. Tal limite é relegado a um futuro distante no qual não seria possível produzir mais alimentos por falta de terras. O aumento da acumulação de riqueza aumentaria o salário de mercado de modo a aumentar o contingente populacional e, conseqüentemente, a oferta de trabalho, até o limite das capacidades físicas (dada a tecnologia e instituições) do território para a produção de alimentos (RN, I.ix.14). Ou seja, o limite seria dado pela disponibilidade de terras férteis, que por sua vez limitaria o

¹⁷ “But poverty, though it does not prevent the generation, is extremely unfavourable to the rearing of children. The tender plant is produced, but in so cold a soil and so severe a climate, soon withers and dies. It is not uncommon, I have been frequently told, in the Highlands of Scotland for a mother who has borne twenty children not to have two alive (RN, I.viii.38)”.

tamanho populacional. E mesmo assim não seria um limite absoluto pois se poderia importar alimentos, como fazia a Holanda (RN, I.xi.b.12).

Smith supunha que a população na Inglaterra não dobraria em menos de 500 anos, o que dá um crescimento médio anual de 0,14%. Já na América, onde haveria uma escassez relativa de mão de obra, decorrente de um crescimento extraordinariamente rápido da acumulação de riqueza, estimava-se que a população dobraria a cada 25 anos (RN, I.viii.23). Isso daria um crescimento de aproximadamente 2,8% ao ano, 20 vezes mais rápido que o Inglês. Portanto, o paradigma teórico supunha uma acumulação de capital bastante lenta, onde o caso normal seria o crescimento inglês, e mesmo o ajuste lento via crescimento populacional não significava um limite para a acumulação de riqueza¹⁸. Tal lentidão no ajustamento tinha uma conotação muito positiva, mantendo o salário mais liberal, como veremos na Seção 4.

3.2 O trabalho e o capital (a demanda por trabalho)

A demanda por trabalho aparece como função direta do estoque de capital. A classe capitalista (principalmente), ao transformar sua riqueza em capital, demanda seu complemento, o trabalho, na proporção ditada pelas condições tecnológicas. A demanda por trabalho é determinada pela tecnologia de produção e pelo estoque de capital. Há aqui, novamente, uma diferença crucial com as demais mercadorias.

Smith desenvolve no Capítulo V do Livro III, intitulado “Das diferentes aplicações do capital” uma série de observações sobre as diferentes relações entre o valor do capital e a quantidade de trabalhadores empregados, cuja divisão principal se dá entre os setores agrícolas, manufatureiro e do comércio. A agricultura teria uma proporção capital-trabalho *relativamente* menor quando comparada com a manufatura, e esta, relativamente menor quando comparada ao comércio¹⁹ (RN, III.v.1-12). Há também algumas

¹⁸ Dentro da perspectiva de Adam Smith podemos inferir pelo crescimento populacional de cada país a velocidade da acumulação de capital (ainda que a relação não seja tão direta dadas as diferentes relações capital-trabalho em cada setor).

¹⁹ Mas é importante sublinhar que não há a afirmação que a agricultura demanda pouco capital em termos absolutos.

referências sobre diferentes demandas de capital em manufaturas grandes e pequenas, as primeiras necessitando de mais capital fixo (RN, IV.ii.44).

Se tomarmos uma relação capital-trabalho média dada em cada momento do tempo, para cada setor da economia, a relação capital-trabalho mudará lentamente à medida a composição da produção final e as tecnologias socialmente utilizadas mudam. Com isso, podemos pensar que mudanças da relação capital-trabalho são pequenas e ocorrem lentamente à medida que o país aumenta a sua riqueza. Ou seja, quando em um movimento décadas e até séculos vai aumentando a participação da manufatura e do comércio na produção de riqueza nacional. Por ocorrer nesse horizonte de longuíssimo prazo, podemos tomar a relação capital trabalho como dada no que estamos chamando de período de mercado que, no caso do mercado de trabalho, dura de 5 a 20 anos²⁰.

Conseqüentemente, se “K” representa o estoque de capital disponível, e “K/T” a relação capital trabalho média da economia, temos que a demanda de trabalho “Dt” será uma função direta do estoque de capital: $Dt = f(K) = (T/K) * K$. A quantidade demandada de trabalho depende principalmente da acumulação de riqueza e sua aplicação na produção:

“A demanda daqueles que vivem de salários, desta forma, necessariamente aumenta com o aumento das receitas e do estoque de cada país, e não pode aumentar sem isto. O aumento das receitas e do estoque é o aumento da riqueza nacional. A demanda por aqueles que vivem de seus salários, conseqüentemente, naturalmente aumenta com o aumento da riqueza nacional, e não pode aumentar sem isto” (RN, I.viii.21)²¹.

Cabe destacar que Smith nomina tanto o fluxo de receitas novo como também o estoque de capital. Como, segundo ele, o aumento do capital deriva da poupança de parte das “receitas” da propriedade, não muda em nada nossa argumentação. Ao discutir a

²⁰ Aqui uma análise histórica permitiria uma estimativa mais precisa. Mas para os objetivos do presente artigo, basta saber que demorariam alguns anos entre alterações do nível do salário de mercado e seu efeito na quantidade de trabalhadores chegando ao mercado.

²¹ “The demand for those who live by wages, therefore, necessarily increases with the increase of the revenue and stock of every country, and cannot possibly increase without it. The increase of revenue and stock is the increase of national wealth. The demand for those who live by wages, therefore, naturally increases with the increase of national wealth, and cannot possibly increase without it” (RN, I.viii.21).

produção, fica claro que ele está descrevendo tanto a parte da riqueza necessária para “comprar os materiais” quanto a parte necessária para “manter o trabalhador” (RN, I.viii.20). Smith define capital como um estoque de riqueza que se espera que gere uma receita²².

Conseqüentemente, podemos afirmar que, em Smith, a demanda por trabalho depende primordialmente do estoque de capital. Mesmo mudanças na composição do produto terão um efeito secundário, assim como mudanças no salário real. Em suma, o determinante relevante da demanda por trabalhadores não é o preço do trabalho (salário)²³, mas o estoque de capital.

“O capital do país permanecendo o mesmo, a demanda por trabalho será, da mesma forma, a mesma, ou aproximadamente a mesma, embora possa ser efetivada em locais diferentes e para ocupações diferentes” (RN, IV.ii.42)²⁴.

A demanda por trabalho é determinada, em última análise, pelo estoque de capital. Não há uma discussão sistematizada de efeitos do preço na demanda por trabalho no “período de mercado”, muito menos um efeito estabilizador dos preços no curto prazo. Mas há um limite máximo para a taxa de salário a partir da qual cessa esta demanda. Ou seja, na medida que as taxas de salário distribuem uma parte da riqueza social, seu limite máximo se dá pelo tamanho do excedente, por um lado, e pela necessidade de remunerar a propriedade em uma sociedade capitalista. Dada a tecnologia, uma taxa de salários maior significa um menor lucro ou renda da terra (RN, I.ix.11), ou seja, o capitalista só contratará mais trabalhadores se acreditar que seu lucro “será sempre algo mais que o que

²² “His whole stock, therefore, is distinguished into two parts. That part which, he expects, is to afford him this revenue, is called his capital” (RN, II.1.3).

²³ Na teoria marginalista, a substituição direta e indireta de fatores de produção, cria curvas de demanda por trabalho elásticas, isto é, sensíveis a mudanças na taxa de salários (Serrano, 2001).

²⁴ “The capital of the country remaining the same, the demand for labour will likewise be the same, or very nearly the same, though it may be exerted in different places and for different occupations” (RN, IV.ii.42).

é suficiente para compensar as perdas ocasionais que está sujeita toda aplicação de capital²⁵” (RN. I.ix.18).

Smith desenvolve, em termos gerais, essa ideia de interdependência das variáveis distributivas e da tecnologia de produção (Freitas, 2011, p.103-107), mas não explora esse limite máximo dos salários (que pressionaria principalmente a renda da terra) no Capítulo VIII do Livro I – onde ele discute o mercado de trabalho - talvez por não achar relevante ou provável que se atingisse esse limite, a não ser em casos excepcionais. De outros capítulos, destaca-se o exemplo das colônias americanas, onde os salários e lucros elevados absorvem a parte que iria para a renda da terra (RN, I.xi.11). O ponto central para nossa discussão é que Smith não desenvolve um limite máximo para a taxa de salários.

3.3 O trabalho como “qualquer outra mercadoria”.

Uma vez analisados os determinantes da oferta e demanda de trabalho separadamente, passamos para a análise de sua interação. É no arcabouço conceitual clássico, utilizado para pensar a concorrência no mercado e sua autorregulação via variação de preços, exposta na Sessão 2, que se insere a discussão do mercado de trabalho e da determinação da taxa de salários²⁶. Começando pelo segundo momento de ajustamento, no qual a quantidade ofertada se ajusta à quantidade demandada, Smith afirma:

“É desta maneira que a demanda por homens, *como aquela de qualquer outra mercadoria*, necessariamente regula a produção de homens;

²⁵ “The lowest ordinary rate of profit must always be something more than what is sufficient to compensate the occasional losses to which every employment of stock is exposed” (RN. I.ix.18).

²⁶ É importante destacar que a discussão da taxa de salário faz referência ao salário do trabalhador comum, sem nenhum tipo de treinamento especial. Smith, Ricardo e Marx acreditavam haver uma estrutura de remunerações mais ou menos estável, de maneira que um aumento de 10% na taxa de salários, significaria um aumento de 10% de todos os níveis salariais, mantendo assim a estrutura relativa de remunerações inalteradas (Stirati, 1994)

acelera quando ela aumenta muito lentamente e a interrompe se ela avança muito rapidamente” (RN, I.viii.40)²⁷ [destaques nossos].

Como vimos nas últimas seções, as principais variáveis que determinam as quantidades ofertadas e demandadas de trabalho em uma “economia comercial” são o tamanho da população e o estoque de riqueza (capital), respectivamente. Cabe destacar que no contexto teórico do autor, o salário mais elevado é o sintoma de um descompasso que não é resolvido pelo mercado, nem no curto nem no médio prazo.

Para Smith o desequilíbrio que deriva do descompasso entre a acumulação de riqueza e o tamanho da população é algo visto como positivo, fruto de um ritmo de acumulação de riqueza (e capital) que demanda mais trabalhadores do que o número imediatamente disponível. Sempre que a riqueza aumenta, há um desequilíbrio no mercado de trabalho que faz com que o salário de mercado se eleve acima do mínimo de subsistência, que por sua vez leva a um aumento populacional, apontando para um novo equilíbrio.

A questão é que um aumento constante de riqueza leva a um salário constantemente acima da subsistência (consequência lógica), de maneira que “reclamar disto [salários altos] é lamentar do efeito necessário e causa da maior prosperidade pública” (RN, I.viii.42). Smith dedica uma boa parte do capítulo para argumentar que o salário inglês estava acima da subsistência (RN, I.viii.28-35) e que isso era extremamente benéfico para a sociedade: “Nenhuma sociedade, certamente, estará florescendo e feliz, na qual são pobres e miseráveis a grande maioria de seus membros” (RN, I.viii.35).

O determinante principal do salário de mercado é a velocidade de *aumento* da riqueza. A demanda de trabalho irá, via salário de mercado, afetar a oferta: seja por crescimento, manutenção ou diminuição. Assim como para as demais mercadorias, é a diferença entre a demanda ao preço natural e a quantidade levada ao mercado, e seu efeito no desvio do preço de mercado em relação ao preço natural que “regula” a quantidade ofertada. Para o mercado de trabalho, e dadas as necessidades da classe trabalhadora, esse ajustamento se

²⁷ “It is in this manner that the demand for men, like that for any other commodity, necessarily regulates the production of men; quickens it when it goes on too slowly, and stops it when it advances too fast (RN, I.viii.40).

dá através de um ajuste demográfico, pelo crescimento ou decréscimo populacional e sua intensidade.

Em suma, um salário “liberal” trará um aumento populacional. Um salário “famélico”, reduzirá a oferta, provendo igual ajuste a um nível inferior. Um salário de subsistência “escasso” manterá a oferta de trabalho em linha com a demanda (RN, I.viii.27).

3.4 O trabalho como nenhuma outra mercadoria – elementos institucionais

Smith inicia a discussão sobre o nível de salários, no capítulo VIII do livro I, com a seguinte passagem²⁸:

“Quais são os salários comuns do trabalho dependem, em todo o lugar, do contrato firmado entre essas duas partes, cujos interesses não são, sob hipótese alguma, os mesmos. Os trabalhadores desejam receber o maior valor possível, os patrões a dar o menor valor possível. Os primeiros estão dispostos a associar-se para aumentar os salários do trabalho, os últimos para baixá-los” (RN, I.viii.11).

A passagem coloca em destaque o contrato firmado entre duas partes. Como vimos, esse contrato tende para um valor abaixo do nível de subsistência quando a demanda por trabalhadores (função do estoque de capital) é menor que a oferta (função do tamanho da população). E a um valor acima desse nível quando, devido à acumulação de capital, a demanda supera a oferta.

Smith destaca três fatores que afetam a negociação entre os capitalistas e os trabalhadores: em primeiro lugar, por serem mais numerosos, os trabalhadores reuniam-se com maior dificuldade em relação aos patrões que eram em menor número e estavam sempre numa “associação tácita, constante e uniforme para nunca aumentarem os salários acima do seu nível atual” (RN, I.viii.13). Em segundo lugar, tais associações de trabalhadores eram proibidas pelo Estado, e violentamente reprimidas quando ocorriam, o mesmo não acontecendo para os patrões. Por fim, embora no longo prazo patrão e trabalhador

²⁸ O Capítulo VIII começa com uma introdução sobre porque o trabalhador, em uma sociedade capitalista, deve repartir o produto do seu trabalho com a classe proprietária (RN, I.viii.1-10).

dependessem igualmente um do outro, a subsistência imediata do trabalhador dependia do pagamento dos salários, e sua capacidade de suportar longas negociações era pequena. Nesse caso, a fome e o desespero para voltar logo a receber o salário necessário à sua sobrevivência e à da sua família enfraquecia o lado dos trabalhadores (RN, I.viii.12-14).

Conseqüentemente, no contexto institucional descrito pelo autor, mesmo se houvesse um equilíbrio das quantidades ofertadas e demandadas, prevaleceria o interesse da classe proprietária, ou seja, os salários tenderiam a ser os mais baixos compatíveis com um conceito compartilhado de humanidade, e as vezes até abaixo dele, devido a elementos institucionais (RN, I.viii.13).

Cabe destacar que são essas próprias características institucionais que conferem uma estabilidade ao sistema de Smith. Isso porque, se impusermos à estrutura apresentada pelo autor, que os trabalhadores tenham um maior poder de barganha, um salário acima da subsistência geraria um excesso populacional (e de trabalhadores) com posterior queda salarial através do aumento da miséria da classe trabalhadora. Ao mesmo tempo, caso a vantagem dos patrões fosse muito grande, o salário de mercado geraria uma queda populacional o que faria, em um determinado período, o salário subir. Smith chega a formular essa versão mais pessimista (RN, I.viii.13-14) com salários abaixo da subsistência, onde o maior poder dos patrões seria desestabilizador. Neste caso, um contingente populacional adequado às necessidades do estoque de riqueza não seria sustentado pelo salário de mercado, o que levaria a ciclos de miséria alternados pela conseqüente falta de população e aumentos do salário. Entretanto o autor não desenvolve essa linha de raciocínio (mantendo-se fiel à sua “ordem natural”). Em termos gerais a igualdade entre oferta e demanda de trabalho gera um salário de mercado compatível com um conceito compartilhado de humanidade em sua época (*common humanity*) que não traria nem aumento nem queda da população.

O interessante aqui é notar que, dentro da perspectiva mais ampla de uma ordem social harmônica, a taxa mínima de salários compatível com a reprodução sistêmica era compatível também com um conceito de humanidade comum ou compartilhado em cada sociedade. Esse mínimo inclui, na sua maioria, necessidades fisiológicas, mas também algumas necessidades sociais, como uma camisa de linho e um sapato de couro para os trabalhadores ingleses, mesmo aqueles mais simples (RN, V.ii.k.3). Porém, essa taxa

mínima não estritamente fisiológica era considerada “escassa”. A avaliação de se o salário é “liberal” ou “famélico” se dá em referência a um padrão que é, em última análise, externo ao mercado, ou seja, o padrão de consumo mínimo que seria compatível com um conceito compartilhado de humanidade.

Smith cita uma camisa de linho e um sapato de couro como sendo bens que sem a posse, um trabalhador não sairia em público sem estar completamente envergonhado, ao ser considerado indecente (*RN*, V.ii.k.2-3). O desdobramento lógico de incluir tais bens no nível mínimo do salário para manter a população, é que o trabalhador provavelmente priorizaria tais bens (por medo da terrível reprovação social) a dar mais recursos a sua família, o que faria, nesse caso, que a mortalidade infantil aumentasse antes de se atingir o limite estritamente fisiológico.

Reafirma-se assim o caráter estabilizador e complementar das instituições na caracterização do mercado de trabalho. Tanto o maior poder de barganha dos patrões quanto o padrão mínimo de subsistência dos trabalhadores compõem a descrição do mercado de trabalho. Eles não atrapalham o equilíbrio ou criam distorções, não são elementos externos que também devem ser considerados, mas fazem parte da própria conformação do mercado e da “sociedade comercial”. Este contraponto se coloca como possibilidade interessante à ideia mais usual, e presente em Smith, que instituições criadas para limitar à liberdade de mercado atrapalham seu funcionamento. Nesse papel as instituições são externas, “artificiais” em oposição a naturais e operam em detrimento a sociedade. O mercado de trabalho é um contraponto onde as instituições são parte do mercado e tem um caráter estabilizador.

4 O mercado de trabalho no contexto da defesa da sociedade comercial

Para Smith, era da natureza da sociedade comercial a contínua expansão. Dada a constante acumulação de capital, garantida pela ordem institucional da sociedade comercial (i.e.

capitalista), estaria sempre aumentando o fundo destinado a manter os trabalhadores (e a produção em geral). Ou seja, seria constante o aumento da demanda por mão de obra. Então, tanto a manutenção de um patamar de capital acumulado quanto seu aumento são garantidos pela “natureza humana”. Conseqüentemente, embora a sociedade comercial seja auto instituída, ela está de acordo com a “natureza humana” que faz parte da ordem natural.

Como vimos, essa expansão da riqueza romperia com as vantagens institucionais dos patrões, e permitiria que o salário se elevasse acima do nível de subsistência. A demanda por trabalhadores mantendo-se sempre acima da oferta, faria a remuneração liberal do trabalhador ser a norma, a despeito das desvantagens institucionais dos trabalhadores.

“Como a recompensa liberal do trabalho é o efeito natural de uma riqueza nacional crescente, também o é, conseqüentemente, o seu sintoma. A manutenção escassa dos pobres trabalhadores, por outro lado, é o sintoma natural que as coisas estão paradas, e sua condição fúnebre de que a riqueza está decrescendo rapidamente” (RN, I.viii.27)²⁹.

Tal conclusão dá suporte à ontologia de Smith ligada a uma “ordem natural” e à “mão invisível”³⁰. Como afirma Cerqueira (2014), a emancipação da economia das discussões de ordem moral é apenas parcial, dado que a “sociedade de mercado” é desejada justamente por proporcionar um aumento de riqueza para todos.

O fato de o mercado de trabalho ter um desequilíbrio permanente no qual o salário de mercado mantém-se acima do “nível mínimo” é central. Ele permite que a classe trabalhadora possa usufruir de parte do aumento da riqueza que traz a “sociedade

²⁹ “The liberal reward of labour, therefore, as it is the necessary effect, so it is the natural symptom of increasing national wealth. The scanty maintenance of the labouring poor, on the other hand, is the natural symptom that things are at a stand, and their starving condition that they are going fast backwards” (RN, I.viii.27).

³⁰ Muito embora abandone essa visão em alguns casos em favor de argumentos pragmáticos (por exemplo, é favorável a uma regulação monetária).

comercial”. Ao incluir as camadas mais baixas da população na riqueza da nação, tal sociedade torna-se boa para todos, e não para uma classe específica.

Smith, chega a utilizar a palavra “equidade” para defender a auspiciosidade do desequilíbrio do mercado de trabalho em favor da classe dos “pobres que trabalham”:

“É uma questão de equidade que aqueles que alimentam, vestem e abrigam a totalidade da sociedade, devam possuir tal parcela do produto do seu próprio trabalho que lhes permita ser toleravelmente bem alimentados, vestidos e abrigados” (RN, I.viii.36)³¹.

Embora não se esconda ou elimine os conflitos de classes, esses são “reposicionados” pela tendência do mercado de trabalho de que o salário seja mantido acima da subsistência, devido ao processo contínuo de acumulação de capital. Ou seja, no final haverá “equidade”, que é nesse contexto definida pela justiça de se conceder uma vida materialmente confortável à classe trabalhadora.

É importante destacar que algumas leituras erroneamente identificam que Smith achava que o capitalismo traria mais igualdade, uma melhor distribuição de renda. Tal interpretação é derivada, principalmente, da passagem que fala que, em uma sociedade que tivesse atingido o ápice de sua riqueza, a taxa de lucros seria baixa. Entretanto, tais interpretações ignoram que embora a taxa de lucro fosse baixa, o salário seria igualmente baixo (RN, I.ix.14). E, por outro lado, que a renda da terra seria igualmente alta (Freitas, 2011, 105). Para Smith, os proprietários de terras seriam grandes ganhadores no desenvolvimento da sociedade comercial pela elevação de suas rendas.

Conclui-se, portanto, que o argumento principal era de uma elevação em termos absolutos do padrão de vida da classe trabalhadora diante de um processo de acumulação de capital. Tal elevação foi suficiente para Smith evocar a palavra “equidade” na passagem citada anteriormente. Essa equidade deve ser entendida em contraste com o sistema feudal ou tribal, dado que mesmo os produtores mais simples têm um nível material mais elevado.

³¹ “It is but *equity*, besides, that they who feed, cloath and lodge the whole body of the people, should have such a share of the produce of their o labour as to be themselves tolerably well fed, clothed and lodged” (RN, i.viii.36).

O aumento da desigualdade, embora não seja moralmente nem politicamente desejável, é uma decorrência da “sociedade comercial”, modelo superior de organização da sociedade. Além da questão material, Smith valorizava também o âmbito jurídico do capitalismo, em que haveria menos dependência e mais liberdade do trabalhador, dada a impessoalidade do mercado.

5 Considerações finais

A reconstrução do mercado de trabalho em Adam Smith permitiu explorar a tensão do trabalho como mercadoria como outra qualquer e, ao mesmo tempo, como indissociável do ser humano. Vimos que o trabalho (no sentido de força de trabalho) é transacionado no mercado e que há a determinação de um preço. Ao mesmo tempo, uma série de características particulares que derivam do trabalho confundir-se com o ser humano e o salário ser a subsistência da classe trabalhadora diferenciam esse mercado em relação aos demais. Trata-se, para utilizar um termo proposto por Polanyi (2012, p.) uma “mercadoria fictícia”. A sociedade trata o trabalho como mercadoria, mas ele não foi produzido para ser vendido no mercado.

A fusão de elementos institucionais aos mecanismos de oferta-demanda e preço no mercado de trabalho são resultado dessa característica ontológica. Tal fusão torna-se logicamente possível dada a estrutura lógica das teorias clássicas do valor e distribuição.

O foco de Smith é o ajustamento das quantidades ofertadas às quantidades demandadas, e o caminho para o ajustamento é mais relevante que uma situação estática de equilíbrio, em especial para o mercado de trabalho. Em contraste ainda maior com a posterior teoria marginalista, há um lugar fundamental para o desequilíbrio que entra como peça central estruturante de toda a sua defesa moral do liberalismo e do sistema capitalista.

Por fim, destaca-se a complexidade da análise de Smith do mercado de trabalho. Há elementos de heterogeneidade e compartimentação do mercado de trabalho, que

hierarquizado, distribui de forma desigual o ônus do desemprego. Há não apenas a possibilidade, mas muitas vezes a necessidade de integrar aos mecanismos de mercado as classes sociais, os costumes, o padrão de consumo, o poder de barganha dos capitalistas vis a vis os trabalhadores, suas necessidades e aspirações para se chegar a um modelo teórico que dê conta de analisar esse mercado tão complexo e crucial para compreender o sistema capitalista.

Bibliografia

CERQUEIRA, H. G. Adam Smith e o Surgimento do discurso econômico. in Revista de Economia Política, vol. 24, nº 3 (95), julho-setembro/2004

CERQUEIRA, Hugo Eduardo da Gama. O iluminismo escocês e a formação da economia política. São Paulo: Alameda, 2006.

FREITAS, Alexandre Laino. Adam Smith e a abordagem clássica do excedente: uma contribuição à literatura sraffiana. 2011. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

GAREGNANI, P. The classical theory of wages and the role of demand schedules in the determination of relative prices. In AEA Papers and Proceedings, volume 73, pages 309–313, Maio 1983.

GAREGNANI, Pierangelo; PETRI, Fabio. O problema da transformação e o debate sobre a teoria do valor. In: HOBSBAWM, Eric J. (org.). *História do marxismo: o marxismo na época da Segunda Internacional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. v. 3, p. 203–252.

MARX, Karl. O capital: crítica da economia política: livro I – o processo de produção do capital. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013

POLANYI, K. A Grande Transformação: as origens de nossa época. Rio de Janeiro, Elsevier, 2012.

SERRANO, Franklin. Equilíbrio neoclássico de mercado de fatores: um ponto de vista sraffiano. Ensaio FEE, Porto Alegre, v. 22, n. 1, p. 7-34, 2001.

SMITH, A. An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations, 1st edn 1776, vol. II of The Glasgow Edition of the Works and Correspondence of Adam Smith, edited by RH Campbell, AS Skinner and WB Todd, 1976.

SRAFFA, Piero. Production of commodities by means of commodities: Prelude to a critique of economic theory. Cambridge: Cambridge University Press, 1960.

STIRATI, A. The Theory of Wages in Classical Economics: A Study of Adam Smith, David Ricardo and their Contemporaries. Edward Elgar, 1994.